



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

Timbaúba, 14 de agosto de 2025.

Indicação¹ nº. 095 /2025.

EMENTA DA INDICAÇÃO. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Assistência jurídica qualificada. Artigos 27 e 28, da Lei nº. 11.340/2006. Assistência jurídica gratuita. Casa da Cidadania de Timbaúba.

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras

Excelentíssimos Senhores Vereadores

Marileide Rosendo de Albuquerque, Vereadora pelo Partido Progressista e Presidente em exercício da Câmara Municipal de Timbaúba, com fundamento no **art. 109**, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbaúba, apresenta **indicação** sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Marinaldo Rosendo de Albuquerque que adote medidas para que a assistência jurídica gratuita do Município de Timbaúba (Casa da Cidadania) preste assistência jurídica qualificada prevista nos artigos 27 e 28 da Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) em favor das mulheres **vítimas** de violência doméstica e familiar.

Justificativa:

O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial nº. 2.211.682 decidiu que a assistência jurídica qualificada prevista na Lei Maria da Penha é **obrigatória**. O art. 28, da Lei Maria da Penha, dispõe que “é garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública **ou de Assistência Judiciária Gratuita**, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado”.

Quando ocorre a prática de crime contra a mulher mediante violência doméstica e familiar, geralmente, entende-se que apenas o agressor necessitará de assistência jurídica. **Todavia**, tal entendimento é equivocado, uma vez que a vítima pode participar ativamente da ação penal.

¹ RICMT, Art. 109º. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos órgãos competentes.

Recebido em 14/08/25
[Assinatura]

A ordem do dia da reunião

Em Única discursão

Sala das Sessões 25/08/2025


Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAUBA

Aprovado em Única discursão

Unanimidade dos presentes

Sala das Sessões 25/08/2025


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA


O entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça confirma aquilo que a legislação já prevê, ou seja, que a mulher vítima de violência doméstica e familiar tem direito a assistência jurídica qualificada, e, que tal assistência tem natureza obrigatória.

O Município de Timbaúba conta com assistência jurídica gratuita, sendo ela prestada através da Casa da Cidadania. A excelência dos serviços prestados pela equipe da Casa da Cidadania é fato conhecido por todos nós, devendo tal instrumento ser utilizado, também, na defesa dos interesses da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Registre-se que a Lei Maria da Penha foi criada com o objetivo de garantir proteção eficaz em favor das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Ao analisar a mencionada lei, identificamos que os artigos 27 e 28, asseguram à assistência jurídica, o acesso à justiça e a proteção integral da vítima.

As mulheres vítimas de violência doméstica não devem ser "meras expectadoras" do processo judicial, mas sim, voz ativa na defesa de seus direitos. A assistência jurídica municipal (Casa da Cidadania) deve ser mais um instrumento para que as mulheres, de forma livre de qualquer coação, defendam seus interesses.

Timbaúba, 14 de agosto de 2025.


Marileide Rosendo de Albuquerque
Vereadora – Partido Progressista